

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

DE 2017

Do Sr. Roberto de Lucena

Requer sejam prestadas informações completas por parte do Ministério das Minas e Energia no âmbito da ANEEL acerca do aumento das tarifas de energia elétrica e do uso dos recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que, ouvida a Mesa Diretora, sejam prestadas informações completas por parte do Ministério das Minas e Energia no âmbito da ANEEL acerca do aumento das tarifas de energia elétrica e do uso dos recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).

Com vistas a bem orientar o pedido que ora formulamos, solicitamos que seja especificado o que segue, sem prejuízo de outras informações que o Ministério das Minas e Energia julgar importante fornecer:

1) Há previsão legal ou normatização no âmbito federal que trate dos critérios e exigências para a utilização dos recursos oriundos do fundo de Reserva Global de Reversão (RGR)?

2) Qual o valor montante do supracitado fundo de Reserva Global de Reversão (RGR)?

3) É sabido que o supracitado fundo de Reserva Global de Reversão, criado no governo da então presidente Dilma Rousseff, tinha por objetivo ressarcir e indenizar empresas do setor elétricos por investimentos ainda não amortizados. Sabe-se também que tais ressarcimentos e indenizações não ocorreram. Ante este fato indaga-se; onde foram parar os recursos oriundos do fundo de Reserva Global de Reversão?

4) Como os recursos fundo de Reserva Global de Reversão foram utilizados? E também, quem autorizou a utilização destes recursos?

5) Houve algum tipo de prestação de contas da utilização destes recursos?

6) Sabe-se que os valores das indenizações estão estimados atualmente em R\$ 54,4 bilhões, e que serão corrigidos financeiramente até o momento da conclusão dos pagamentos, que terão início a partir de julho deste ano, segundo a ANEEL, podendo chegar a estrondosos R\$ 62,2 bilhões em indenizações a empresas de transmissão de eletricidade nos próximos oito anos. Como se chegou a estes valores? Qual a base de cálculo utilizada para obtenção de um número tão alto?

7) Cobrar da sociedade uma dívida que não foi gerada por ela, de longe não é algo razoável, em que pese esta afirmação, seria este o melhor caminho para que se resolva tal demanda, ou seja, fazer com que o contribuinte assuma a responsabilidade por uma medida populista e eleitoreira?

8) O não pagamento às empresas de transmissão de eletricidade não configuraria em crime de responsabilidade por parte da ex-presidente Dilma Rousseff e de sua equipe?

9) Qual seria outra forma de quitação da suposta dívida, sem que acarretasse em nenhum tipo de onerosidade pecuniária à população?

Justificativa

A conta de luz do brasileiro ficou em média 16,2% mais barata no início de 2013. O anúncio foi feito em 06 de setembro de 2012 pela então presidente da República Dilma Rousseff, que fez pronunciamento nacional em rede de rádio e televisão por ocasião do dia da Independência do Brasil. Na data, a presidente Dilma afirmou com muita veemência e efemeridade que o país não enfrentava nenhum tipo de dificuldade financeira e tampouco crise.

Segundo ela, a redução com os gastos com energia elétrica apoiaria o crescimento do país. "São bases concretas para sermos um dos países com melhor infraestrutura e menor custo." Para a ex-presidente Dilma, o "Brasil criou modelo de desenvolvimento inédito. Nem mesmo a maior crise financeira da história conseguiu nos abalar fortemente." Afirmou a época.

A ex-presidente afirmou ainda a época que " o Brasil, depois de tirar 40 milhões da pobreza e se transformar na sexta maior economia do mundo, prepara-se para dar novo salto, num momento em que o mundo se debate num mar de incertezas". Encerrando sua fala com a afirmação de que o país estava bem e iria melhorar.

Lamentavelmente, e, para o dissabor da população brasileira, as afirmações da ex-presidente mostraram-se inverídicas, falaciosas e incongruentes. Tanto que pouco tempo depois, o país adentrou em uma crise financeira e fiscal de cenários avassaladores e inimagináveis, beirando o caos. Fatos estes que culminaram com seu processo de impedimento.

A intenção do governo à época, além da eliminação de encargos, que contribuiria para uma redução dos preços, era pura e simplesmente eleitoreira. Uma vez que estávamos às vésperas da eleição presidencial de 2014, onde a ex-presidente concorreria à reeleição, com isso alguém teve "a brilhante ideia" de reduzir o valor das contas de energia elétrica, principalmente na indústria, para gerar aumento no consumo, porém não se atearam ao detalhe que tal medida geraria custos e que estes custos deveriam ser pagos, e, conseqüentemente pagos pela sociedade. O então governo, objetivava também a renovação das concessões de usinas e linhas de transmissão, cujos contratos venceriam em 2015, e para isso mudaria a lei para permitir a renovação das concessões, desde que as empresas aceitassem retirar das tarifas o repasse dos investimentos já amortizados.

A ideia, inclusive, seria antecipar os efeitos da renovação para o ano de 2013 para que os benefícios das reduções tarifárias fossem sentidos imediatamente

pelos consumidores, e com isso atingisse o objetivo eleitoreiro da trama. Esta sucessão de atos e fatos administrativos errôneos, e, porque não dizer irresponsáveis, geraram esta questão tão delicada e absurdamente cara.

Diante de toda essa exposição, é inegável e impossível não indagar: que culpa tem a sociedade em toda esta celeuma? É justo que o cidadão arque com este prejuízo?

Para consolidar o desespero e a preocupação do contribuinte, a diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou recentemente o pagamento de um total de R\$ 62,2 bilhões em indenizações a empresas de transmissão de eletricidade nos próximos oito anos, como compensação pela renovação antecipada de contratos de concessão no final de 2012 em condições propostas pelo governo.

As enormes somas devidas às empresas são parte dos problemas deixados para trás por uma série de medidas da então presidente Dilma Rousseff para reduzir as tarifas de eletricidade e impulsionar a indústria e o consumo.

O governo federal propôs à época indenizar as elétricas por investimentos ainda não amortizados em troca de um novo contrato com forte corte de tarifas, mas uma definição sobre o pagamento efetivo dessas compensações foi sendo adiada por anos, em parte justamente devido ao enorme impacto tarifário.

A interminável discussão sobre as indenizações também desagradou investidores, que praticamente desapareceram dos leilões para concessão de novos

projetos de transmissão entre 2013 e 2016, quando o governo publicou uma portaria que prometia começar os pagamentos neste ano.

Essa demora ajudou a piorar o problema, uma vez que as empresas têm direito à correção financeira dos valores.

Além disso, a previsão original era de que as compensações fossem quitadas com um fundo do setor elétrico criado especialmente para isso, a Reserva Global de Reversão (RGR), mas outros usos já drenaram os recursos dessa conta e levaram o governo a optar pelo repasse às tarifas.

(Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2017/02/21/aneel-aprova-indenizacoes-a-eletricas-e-preve-impacto-medio-de-72-nas-tarifas.htm>)

Diante o exposto, e por tudo isso, pugno pela aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em

de fevereiro de 2017.

Deputado Federal Roberto de Lucena

(PV-SP)

